

Tales Faria

Para clã Bolsonaro, Nunes Marques é o centrão no comando do TSE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem reiterado a seus aliados que não vê como garantidas a favor do grupo todas as decisões que o ministro Kássio Nunes Marques vier a tomar durante o período em que exercerá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nunes Marques assumiu a presidência da Corte nesta terça-feira, 12, tendo como vice André Mendonça. Ele comandará as eleições de outubro deste ano. Terminado seu mandato à frente do órgão, será substituído por Mendonça, empossado como vice.

Ambos foram nomeados ministros do Supremo Tribunal Federal no governo de Bolsonaro. Mas, para o ex-presidente e seus filhos, somente André Mendonça pode ser considerado como verdadeiramente bolsonarista. Avaliam que o novo presidente da Corte Eleitoral representa o centrão.

Nunes Marques teve o respaldo de um acordo entre Jair Bolsonaro os partidos de centro para sua indicação ao STF. André Mendonça, este sim, foi decisão exclusiva do clã, especialmente da então primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Com o apoio do centrão e até de nomes à época considerados de oposição, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), Nunes Marques não sofreu resistência significativa à sua aprovação pelo Senado. Já André Mendonça teve que esperar o tempo recorde de 141 dias (entre 13 de julho e 27 de novembro de 2021) para que Davi Alcolumbre (União-AP), então presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcasse a sabatina.

O agora presidente do TSE tomou decisões

favoráveis a Bolsonaro como ministro do STF. A principal delas – e que resultou em grande polêmica – foi quando, em 3 de abril de 2021, permitiu a realização de missas e cultos religiosos no país durante a pandemia de Covid-19.

Foi uma decisão monocrática em resposta ao pedido da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), que contestava a constitucionalidade de decretos estaduais e municipais limitando cultos e celebrações religiosas para tentar conter a pandemia. Ele sofreu muitas críticas na época, até mesmo dentro do STF.

Mas o ministro também tomou decisões contrárias aos bolsonaristas. Especialmente quando se alinhou aos colegas pela condenação, com penas duras, dos envolvidos na tentativa de golpe de estado que resultou na invasão das sedes do Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Hoje, como outros ministros do STF, Nunes Marques defende diminuição das penas, embora não se saiba o quanto.

Ele também tem feito uma forte defesa da inviolabilidade das urnas eletrônicas, ao contrário dos ataques até hoje proferidos pelo clã Bolsonaro. O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral tem dito que quer fazer da defesa das urnas o principal mote de sua gestão à frente da Corte.

Por tudo isso os bolsonaristas não têm certeza se o novo presidente do TSE tomará decisões sempre em favor do grupo nas eleições. Mas a avaliação é de que, certamente, ele será mais receptivo do que a ex-presidente Carmen Lúcia e outros ministros que comandaram o TSE nos últimos anos, como Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber.

Fernando Molica

Jovens presos, adultos soltos

Ao propor a redução da maioria penal e defender a libertação dos condenados por golpismo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) demonstra querer prender jovens e soltar os mais velhos. Levantamento divulgado em abril pelo Supremo Tribunal Federal mostra que, dos então 190 presos por atos relacionados à tentativa de golpe, 80% tinham acima de 40 anos.

Pessoas maduras, conscientes dos crimes de invadir e quebrar palácios, agredir policiais, tramar golpe de Estado, sublevar forças armadas e, no caso de alguns, planejar o assassinato de autoridades. Não são crimes de menor gravidade: tanto que, em 2021, o então presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto que estabelecia pena pesada, de até 12 anos, para quem tentasse dar golpe.

Bolsonaro assim concordou que buscar depor um governo legitimamente eleito é algo muito grave — só não imaginava que seria condenado e preso por isso. Para sorte do ex-presidente e de tantos outros condenados, a intentona que promoveram ocorreu na vigência do Estado Democrático de Direito. Na ditadura que costumam louvar, os que tentaram derrubar governos eram presos, torturados e mortos. Não rolava prisão domiciliar.

As mudanças sancionadas pelo ex-presidente acabaram sendo amenizadas pelo Congresso, com o apoio de Flávio Bolsonaro; se dependesse dele, todos os condenados já teriam sido anistiados. O mesmo senador que busca aliviar ainda mais a vida de criminosos veteranos pretende apressar a tramitação da PEC de sua autoria, apresentada em 2019, que reduz a maioria penal para 16 anos e, em

alguns casos, para 14 anos.

Seriam processados como adultos os maiores de 14 anos acusados de, por exemplo, tráfico ilícito de entorpecentes. Um estudo do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) mostrou que, entre os presos em flagrante por tráfico no Rio, 92,5% não portavam arma de fogo e 66% estavam com até 50 gramas de droga. Caso fossem brancos e de classe média muito provavelmente seriam classificados como usuários e escapariam da prisão.

Não por acaso, o senador fluminense tenta apressar a tramitação de sua proposta quando está em pré-campanha pelo Planalto. Tem noção do tamanho do problema da segurança pública e, principalmente, sabe que, desesperada, parte da sociedade tende a apoiar soluções aparentemente simples que, em tese, ajudariam a diminuir crimes que mais nos incomodam no dia a dia.

Mas ele sabe também que o resultado da diminuição da idade penal não adiantaria nada. Há jovens responsáveis por crimes graves como homicídios, mas, de um modo geral, são acusados de tráfico, roubos e furtos: não mandam em organizações criminosas, não fraudam aplicação de emendas parlamentares, não dão golpe de Estado, não confiscam dinheiro de funcionários de seus inexistentes gabinetes, não apresentam projetos redigidos por bancos, não recebem mensalidade de R\$ 500 mil.

Ah, entre outros signatários da PEC de Flávio Bolsonaro estão os senadores Ciro Nogueira, Chico Rodrigues (flagrado com dinheiro na cueca) e Marcos do Val (que já desfilou de tobozoleira eletrônica). Todos bem grandinhos.

EDITORIAL

Combate análogo à escravidão é corriqueiro

Apesar dos avanços institucionais e da consolidação de leis trabalhistas mais rígidas, o Brasil ainda convive, no século XXI, com situações degradantes que remetem ao período mais sombrio de sua história: o trabalho análogo à escravidão. A permanência desse problema revela uma contradição profunda entre os princípios constitucionais de dignidade humana e a realidade enfrentada por milhares de trabalhadores invisibilizados, sobretudo em regiões marcadas pela pobreza, pela ausência do Estado e pela exploração econômica desenfreada.

O combate ao trabalho escravo contemporâneo esbarra, antes de tudo, na desigualdade social. Em um país onde milhões de pessoas sobrevivem em condições precárias, promessas de emprego e moradia tornam-se instrumentos fáceis de aliciamento. Trabalhadores são atraídos para fazendas, garimpos, carvoarias, oficinas clandestinas e até residências urbanas, onde acabam submetidos a jornadas exaustivas, restrição de liberdade, servidão por dívida e condições desumanas de sobrevivência. A vulnerabilidade econômica continua sendo o principal combustível dessa prática criminosa.

Outro grande desafio está na fiscalização. Embora o Brasil seja reconhecido internacionalmente por mecanismos importantes, como os grupos móveis de inspeção e a chamada “lista suja” de empregadores, a estrutura de combate ainda é insuficiente diante da dimensão territorial do país. A redução de investimentos

públicos, o número limitado de auditores fiscais e as pressões políticas de setores econômicos influentes dificultam ações permanentes e efetivas. Em muitos casos, o lucro obtido pela exploração ilegal ainda supera o medo da punição.

Além disso, existe um obstáculo cultural que não pode ser ignorado. Parte da sociedade naturaliza relações abusivas de trabalho, especialmente quando envolvem pessoas pobres, migrantes ou trabalhadores informais. Em áreas rurais e periferias urbanas, práticas degradantes são frequentemente vistas como “normais” ou inevitáveis. Essa tolerância silenciosa enfraquece a indignação coletiva e contribui para a continuidade do problema.

É necessário compreender que combater o trabalho escravo não depende apenas de resgates e punições. Exige políticas públicas amplas de educação, geração de emprego, qualificação profissional e inclusão social. Também requer transparência nas cadeias produtivas e responsabilidade das empresas que se beneficiam, direta ou indiretamente, da exploração da mão de obra.

Eradicar o trabalho análogo à escravidão é mais do que cumprir a lei: é reafirmar valores civilizatórios básicos. Um país que pretende crescer de forma justa não pode aceitar que trabalhadores ainda sejam tratados como mercadoria descartável. O enfrentamento desse crime deve ser prioridade permanente do Estado e compromisso ético de toda a sociedade.

Opinião do leitor

Incentivo à ciência

Os avanços da medicina, graças às novas tecnologias, têm permitido salvar pacientes e até mesmo aumentar expectativa de vida. Por isso, deve-se investir nos cientistas.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) | Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br | redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo:
Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.